

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2007 – Complementar

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em questões específicas que define, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a legislar sobre as questões específicas da instituição de qualificadoras e de causas especiais de aumento e diminuição de pena para os tipos previstos no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais.

Art. 2º A autorização prevista no art. 1º pressupõe a ocorrência ou justificável previsão de futura ocorrência, no Estado, de crimes ou contravenções que, por sua natureza, pela natureza do agente ou da vítima, pelo *modus operandi* de sua execução ou por sua exacerbada concentração em determinada área territorial, constituam circunstância específica a requerer a suplementação legislativa estadual.

Art. 3º A instituição de qualificadoras e de causas de aumento e diminuição de penas referentes a circunstâncias comuns a diferentes Estados da Federação continuam reservadas à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, sob pena de exorbitação da autorização concedida por esta Lei.

Art. 4º As causas de aumento de pena previstas em legislação estadual delegada não poderão ensejar pena em concreto superior à pena máxima prevista para o crime ou contravenção pela legislação nacional.

Art. 5º No concurso de causas de aumento ou de diminuição serão consideradas preponderantes as circunstâncias disciplinadas pela legislação estadual, observado o disposto no parágrafo único do art. 68, do Código Penal.

Art. 6º A delegação de que trata esta Lei não se aplica aos crimes e contravenções sujeitos a julgamento pela Justiça Federal ou Eleitoral.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo de dar efetividade a permissivo constitucional contido no art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, que prevê que a União poderá autorizar, por meio de lei complementar, os Estados a legislarem sobre questões específicas das matérias da sua competência privativa.

Nas palavras de IVES GANDRA MARTINS trata-se de **competência privativa delegada** (Cf. *Comentários à Constituição do Brasil*, Ed. Saraiva, 3º Vol., Tomo I, 1992, p. 368).

Na verdade o tema referente à distribuição das competências federativas retorna agora ao debate com o agravamento da situação da segurança pública, com a ocorrência de graves eventos como o que recentemente vitimou o menor João Hélio.

Sendo assim, estamos propondo que o Congresso Nacional dê efetividade à possibilidade de delegação legislativa prevista na Carta Magna autorizando os Estados a legislarem sobre a instituição de qualificadoras, causas especiais de aumento e diminuição de pena para os tipos previstos no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais.

Ressalte-se aqui que a delegação que pretendemos está cercada de precauções, até em razão do ineditismo da matéria, para que não haja exorbitação pelos Estados da competência principal da União.

Assim é que procuramos definir com clareza as “questões específicas” a que se refere o texto constitucional, subdividindo-as em hipóteses jurídicas (art. 1º) e fáticas (art.2º) necessárias ao aperfeiçoamento da autorização aos Estados.

Em seu art. 3º optamos por explicitar a proibição constitucional de delegação da competência legislativa quando se tratar de questão comum a diferentes Estados da Federação.

Propusemos, ainda, a vedação de aplicação das qualificadoras estaduais para além das penas máximas cominadas pela legislação nacional (art. 4º). Afinal não seria justo nem correto que dois cidadãos brasileiros, a que a Constituição reconhece expressamente a igualdade, sejam punidos de forma sobremaneira diferente quando suas circunstâncias objetivas e pessoais forem idênticas.

Fica garantida, desse modo, uma mínima homogeneidade na aplicação do direito penal que, frise-se, conservará a sua condição de direito nacional.

Normatizamos, por fim, a situação do concurso de causas de aumento e de diminuição de penas (art. 5º) e enfatizamos que a legislação penal estadual não será aplicada pelas Justiças Federal ou Eleitoral (art 6º).

Em face do relevante interesse público que envolve a matéria tratada, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador GERSON CAMATA